

ANTONIO DE PÁDUA MUNIZ CORRÊA

PROCESSO DO TRABALHO

FORÇA DOMINANTE
VERSUS
NCPC, FORÇA AUXILIAR

Comentários pontuais às compatibilidades e
incompatibilidades, inclusive à IN n. 39 do TST

LETR[®]

Resumo de Processo do Trabalho. Força Dominante Versus NCPC, Força Auxiliar

O processo judicial passa a ostentar uma ética própria e particularizada após o NCPC, de observância obrigatória, aconselhando-se maior cuidado e prudência na hora de demandar, não se admitindo mais pedidos infieis e insinceros.

Por outro lado, também demandará uma nova leitura dos juizes aos ditames exponenciais das iniciais, devendo reprimir ações enfermas e desprovidas de boa-fé objetiva. Ao tratar de assuntos controvertidos, esta obra tem a pretensão de ser uma consultoria para o leitor, pois nela irá encontrar direcionamento acerca de assuntos áridos.

A obra analisa em profundidade o prazo razoável, enfocando como fundamental o direito ao livre acesso ao Poder Judiciário, enquanto direito subjetivo do cidadão de obter uma decisão meritória, além de entoar um conceito alargado do direito de ação, o qual não se traduz apenas em distribuir uma demanda.

Ela também compatibiliza os termos do art. 523 do NCPC com o § 2º do art. 879 da CLT, deixando, com isso, íntegro, os termos do art. 880 da CLT, para aqueles que tocam a execução trabalhista de forma tradicional.

Não deixou de fazer comentários ao preço vil. Também estuda em profundidade as medidas de urgências quanto a sua finalidade e utilidade, sem esquecer temas como o incidente de desconsideração, a viabilidade de se adotar, na Justiça do Trabalho, o acordo extrajudicial, a Ata Notarial e o bloqueio da conta salário, o protesto de decisões judiciais e a negativação do nome do devedor, temas desenvolvidos com especial atenção devido à importância desses assuntos para o processo do trabalho.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)